Direito e Políticas Públicas: os desafios na era democrática e virtual

Autor(res)

Daniel Souza Tabosa
João Paulo Da Silva
Diego Cavan Marques

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

Introdução

O presente trabalho pretende refletir sobre como a era democrática e virtual traz consigo novos desafios para o Direito e as Políticas Públicas e discutir sobre como o Direito pode acompanhar as transformações tecnológicas e as demandas da sociedade, garantindo justiça e igualdade para todos.
O avanço da tecnologia e a popularização da internet têm trazido inúmeros desafios para o Direito, principalmente no que diz respeito ao mundo virtual. Nesse contexto, é fundamental analisar como a legislação se adapta a essa realidade, garantindo a proteção dos direitos e a segurança dos indivíduos no ambiente digital. É preciso compreender a importância de se estabelecer normas claras e eficientes que regulamentem as relações virtuais, evitando abuso e promovendo a justiça. Logo, pensar a democracia digital significa adotara perspectiva normativa de que o uso de tecnologias favorece de práticas democráticas (e não o diminui). (SILVA et al, 2016).

Objetivo

- Objetivo Geral:
- Refletir sobre como a era democrática e virtual traz consigo novos desafios para o Direito.
Objetivos Específicos:
- Discutir sobre transformações tecnológicas no Direito.

Material e Métodos

O presente trabalho, utilizou como técnica para sua construção a pesquisa bibliográfica do artigo de Murilo Bor sio Bataglia e Ana Claudia Farranha denominada de. Desafios da democracia digital na realidade brasileira: o acesso à esfera pública online, publicada na Revista de Estudos Jurídicos UNESP, Franca, ano 21, n. 33,p. 287-308. Jan/jun. 2017.
Essa pesquisa permitiu buscar, relacionar e reunir informações acerca de temas como o direito e a questão digital que pudessem fundamentar, de forma sólida, os conhecimentos aqui construídos. O método escolhido é o descritivo-analítico e a pesquisa ostenta natureza teórico-bibliográfica com a busca por artigos e demais bibliografias que melhor retratem o assunto de maneira didática e transparente.

Resultados e Discussão

No âmbito do desenvolvimento, destaca-se a necessidade de se adequar o Direito às demandas da internet. O espaço virtual permite que diversas atividades sejam realizadas, seja com fins comerciais, educacionais ou de lazer. Diante disso, é preciso regular, por exemplo, aspectos como a proteção da privacidade e dos dados pessoais, direitos autorais, crimes virtuais, entre outros. A falta de regulamentação específica pode abrir brechas para a prática de fraudes, invasões e violação de direitos, resultando em prejuízos para os usuários do mundo virtual.

Outro ponto relevante é a necessidade de se garantir a liberdade de expressão na internet. Através das redes sociais e plataformas digitais, as pessoas têm a possibilidade de se expressar livremente, compartilhar informações e formar opiniões. Contudo, é preciso estabelecer limites para que essa liberdade não seja utilizada como instrumento de disseminação de ódio, discriminação ou calúnia.

.

Conclusão

Diante do exposto, conclui-se que é essencial que o Direito esteja em constante evolução para acompanhar as transformações trazidas pelo mundo virtual.
A criação de leis adequadas, que regulamentem as relações virtuais e garantam a proteção dos direitos dos indivíduos, é fundamental para a construção de um ambiente virtual seguro e justo. Somente mediante uma legislação adequada será possível promover a liberdade, a responsabilidade e a ética no mundo virtual.

Referências

BATAGLIA, Murilo Borsio; FARRANHA, Ana Claudia. Desafios da democracia digital na realidade brasileira: o acesso à esfera pública online. Revista de Estudos Jurídicos UNESP, Franca, ano 21, n. 33,p. 287-308. jan/jun. 2017. Disponível em: https://ojs.franca.unesp.br/index.php/estudosjuridicosunesp/issue/archive.